ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA DE COTIA – CMAA

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 9h45, realizou-se a 118ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária de Cotia – CMAA, sob a presidência da Dra. Raquel Oliveira Lima Lascane, compondo a mesa a Vice-Presidente Lenita Medeiros e o Secretário Executivo Aristides Pinheiro Rodrigues, com a presença dos conselheiros e convidados conforme lista de presença. A Presidente deu início aos trabalhos, esclarecendo que a apresentação da equipe da Petrobras teria caráter exclusivamente informativo, não se tratando de audiência pública, consulta formal ou procedimento de aprovação do empreendimento pelo Conselho. Na sequência, foi submetida à apreciação a ata da 117ª Reunião Ordinária, previamente encaminhada aos membros por correio eletrônico e aplicativo de mensagens. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de alteração, a ata foi declarada aprovada. A Presidente comunicou a indicação de Luciane Ferreira Souza como representante da Secretaria Municipal de Cultura e Lazer, informando que, naquele momento, não havia indicação de suplente. Apresentou também dados da atuação recente da fiscalização ambiental municipal, registrando a emissão de autos de infração que totalizavam aproximadamente R$ 2.406.000,00 em multas aplicadas, sem confundir esse valor com arrecadação efetiva, e a apreensão de dez máquinas. Em seguida, a Vice-Presidente Lenita Medeiros e o Secretário Executivo Aristides Pinheiro Rodrigues prestaram informações sobre o processo de preenchimento de vaga da sociedade civil. Foi registrado que, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 002/2026, houve inscrição de uma única entidade, o Rotary Club de Cotia – Mulheres Empreendedoras, cuja documentação foi analisada pela Comissão Eleitoral e considerada conforme às exigências editalícias. Foram apresentadas Sabrina Paes da Cruz, representante titular, e Claudia Springer Molliet, suplente, e realizada a entrega dos respectivos diplomas. Registrou-se a presença da Presidente da entidade Célia Oliveira e as boas-vindas às novas integrantes. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal aprovou alteração da Lei Municipal nº 1.771/2013 relativa às vagas anteriormente destinadas à SABESP e ao Sindicato Rural, estando o texto, naquela data, pendente de sanção e publicação. Discutiu-se a preparação de novo edital para preenchimento das duas vagas, com referência à continuidade dos trabalhos da Comissão Eleitoral, sem registro de votação formal sobre sua composição nesta reunião. Passou-se à apresentação da equipe de projetos da Petrobras, conduzida por Margareth Michels Bilhalva, da área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, com a participação de outros integrantes da equipe técnica. O empreendimento apresentado, denominado Projeto Oleoduto OBAPI – Escuros, destina-se a substituir o oleoduto OBATI, em operação desde 1974, empregado no transporte de produtos escuros derivados do petróleo. Segundo a equipe, a substituição decorre do envelhecimento da infraestrutura, das condições de corrosão e manutenção do duto atual e do adensamento urbano ao longo de sua faixa de servidão. O novo traçado foi apresentado como alternativa para manter o escoamento dos produtos em direção à

Digitalizado com CamScanner

região de Cubatão e ao Porto de Santos, com emprego de tecnologias atuais de construção, controle e segurança. Conforme os dados apresentados pela Petrobras, o novo oleoduto terá aproximadamente 142 quilômetros de extensão, dos quais cerca de 13,4 quilômetros atravessarão Cotia, incluindo trechos em faixas existentes e novas áreas de servidão. A equipe informou que o empreendimento se encontra na fase de licenciamento ambiental prévio, sob responsabilidade da CETESB, e que eventual início das obras dependerá da obtenção das licenças cabíveis. Foram expostos, em caráter estimativo, o investimento da ordem de R$ 4 bilhões e o prazo aproximado de quatro anos para execução das obras após a autorização de instalação. Foi anunciada a realização de audiência pública em Cotia no dia 17 de novembro de 2026, às 17h, no Teatro Municipal, abrangendo também municípios da região, com previsão de transmissão pela internet. A equipe informou que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) estão disponíveis para consulta nos canais da CETESB e da Petrobras e, em Cotia, na Biblioteca Municipal Manuel Baptista Cepellos. Reiterou-se que a reunião do CMAA não substitui as etapas de participação pública do licenciamento. Durante os debates, conselheiros e participantes questionaram as alternativas locacionais estudadas, especialmente a opção de substituição do duto na faixa já existente, a diferença de extensão entre o traçado antigo e o proposto, os custos comparativos, a ocupação urbana e a supressão de vegetação nativa. A equipe da Petrobras afirmou que a substituição na faixa atual apresenta limitações técnicas decorrentes da largura reduzida e da ocupação consolidada, comprometendo o acesso de máquinas e a segurança das obras. Diante de questionamentos sobre a fundamentação e os números utilizados na comparação das alternativas, informou que está aprofundando o levantamento de imóveis e população potencialmente afetados, para apresentar dados mais precisos na audiência pública. As ponderações e divergências expostas permaneceram registradas como manifestações dos participantes, sem conclusão ou aprovação técnica do Conselho sobre o traçado. No recorte de Cotia, a equipe apresentou levantamento preliminar de 82 áreas atingidas, mencionando 47 situações de servidão administrativa, 31 residências ocupadas e cinco imóveis residenciais sem ocupação permanente, sujeitos a confirmação e eventuais ajustes no desenvolvimento do projeto. Foram debatidos os efeitos sobre propriedades, moradias e atividades locais, as regras de uso das faixas de servidão, os procedimentos de cadastro e negociação com os proprietários, as possibilidades de indenização e reassentamento, bem como a necessidade de comunicação individualizada e antecipada às pessoas afetadas. A Petrobras afirmou que as tratativas observarão levantamentos e procedimentos próprios, sem que tenham sido aprovadas condições de negociação pelo CMAA. Os participantes manifestaram preocupação com a travessia de áreas de Mata Atlântica, recursos hídricos, nascentes, áreas de proteção ambiental e outros espaços ambientalmente sensíveis, solicitando esclarecimentos sobre métodos construtivos, mitigação, recuperação de áreas degradadas e compensações. A equipe explicou que os levantamentos detalhados de vegetação e as medidas compensatórias serão aprofundados nas etapas pertinentes do licenciamento, mencionando compensação ambiental, medidas relacionadas a estudos de impacto de

Digitalizado com CamScanner

vizinhança e compensação pela supressão vegetal. Também foram discutidas a compatibilidade do empreendimento com o ordenamento territorial municipal e a necessidade de avaliação pelas secretarias competentes. Quanto à segurança operacional, foram questionados os riscos de vazamento, os mecanismos de detecção, o tempo de resposta a emergências e a situação dos dutos existentes. A equipe apresentou a previsão de monitoramento contínuo, utilização de fibra óptica, válvulas de bloqueio intermediárias, inspeções e equipes de resposta. Esclareceu que a desativação prevista se refere ao duto antigo de produtos escuros, não implicando a desativação imediata de outro duto destinado a produtos claros que utiliza a mesma faixa. Os esclarecimentos foram prestados como informações técnicas da empresa, sem afastar as preocupações e solicitações de aprofundamento manifestadas pelos presentes. Foram também debatidos os impactos sociais e econômicos da implantação, a possibilidade de geração de empregos, os efeitos temporários das obras, a divulgação do projeto e a participação efetiva das comunidades dos municípios atravessados. Participantes relataram dificuldades de acesso antecipado às informações e receios de moradores diante de notificações e notícias sobre o traçado. A equipe informou que a divulgação das audiências seguirá programação submetida ao órgão licenciador e incluirá diferentes meios de comunicação, ações presenciais e medidas de facilitação de acesso. Ao final, foi sugerida a sistematização das dúvidas e questões locais para encaminhamento à Petrobras e apresentação nas audiências públicas, bem como a ampliação da comunicação com a população. Não houve deliberação formal do Conselho aprovando o empreendimento ou estabelecendo condicionantes. Em razão do horário e da necessidade de liberação do auditório, a Presidente encerrou os trabalhos às 12h, agradecendo a presença dos conselheiros, convidados e representantes da Petrobras. Registrou-se que as reuniões do CMAA são gravadas e disponibilizadas no canal oficial do Conselho no YouTube, em https://www.youtube.com/@CMAACotia. Para constar, eu, Aristides Pinheiro Rodrigues, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação do Conselho.

Cotia, 14 de outubro de 2020.

Dra. Raquel Oliveira Lima Lascane
Presidente do CMAA

Aristides Pinheiro Rodrigues
Secretário Executivo do CMAA

Digitalizado com CamScanner